



**Nota Cetad/Coest nº 198, de 18 de novembro de 2022.**

**Interessado:** Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

**Assunto:** Estimativa de Impacto do RE 1381261 (Tema 1223) – Inconstitucionalidade da fixação, por meio de Decreto ou Portaria, da base de cálculo da CPP sobre a remuneração paga ou creditada a transportadores autônomos.

*Processo SEI: 10951.105084/2020-33 (e-Processo: 10265.420633/2022-05)*

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A presente Nota Técnica tem por objetivo responder ao Ofício SEI nº 262641/2022/ME, de 03 de outubro de 2022, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, endereçado ao Sr. Secretário-Especial da Receita Federal do Brasil (Processo SEI nº 10951.105084/2020-33 e e-Processo nº 10265.420633/2022-05), no qual se solicita estimativa de impacto econômico-financeiro decorrente de eventual decisão contrária à União no RE 1381261 (Tema 1223).

## ANÁLISE

2. Nesse RE, questiona-se a constitucionalidade da fixação, por meio de Decreto ou Portaria, da base de cálculo da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP), a cargo da empresa, sobre a remuneração paga ou creditada a transportadores autônomos, em razão do princípio da reserva legal, conforme entendimento do art. 22, III e § 15, da Lei nº 8.212, de 1991, § 4º do art. 201 e art. 267 do Decreto nº 3.048, de 1999, art. 1º do Decreto nº 3.265, de 1999, e demais regulamentação e normatização de regência da matéria.

## METODOLOGIA DE CÁLCULO

3. Com o objetivo de estimar a ordem de grandeza do impacto tributário decorrente de eventual decisão desfavorável à União no RE em tela, foi desenvolvido o procedimento sintetizado nos

itens 4 e 5 a seguir:

4. Com fundamento em informações disponibilizadas nas bases do Sistema de Inteligência Fiscal (SIF), ref. FPAS 620 (Transportador Rodoviário Autônomo), de 2017 a 2021, os cinco anos mais recentes ali disponibilizados completos, chegou-se, com fundamento na legislação sob litígio na ação judicial em tela (RE 1381261, Tema 1223), em caso de decisão desfavorável à União, aos montantes estimados de perda de arrecadação e/ou obrigação de devolução de valores de CPP pagos a maior, caso seja reconhecida a inconstitucionalidade da fixação, por meio de Decreto ou Portaria, da base de cálculo dessa contribuição sobre a remuneração paga ou creditada a transportadores autônomos, em razão do princípio da reserva legal.

5. Então, com base em tais montantes, foi estimado o impacto tributário de eventual decisão judicial desfavorável à União que considere inconstitucional a majoração – por dispositivos infralegais – da percentagem, de 11,71% para 20%, da remuneração paga ou creditada a transportadores autônomos para definição da base de cálculo da CPP, o que se consubstanciaria em perda de arrecadação futura dessa contribuição e/ou necessidade de devolução de valores pagos a maior, integralmente ou apenas os referentes aos últimos exercícios – a depender dos exatos termos da eventual decisão judicial em relação ao RE em comento.

#### IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

6. A metodologia descrita nos itens 4 e 5 resultou em impactos econômico-financeiros negativos estimados em valores da ordem de **R\$ 13,5 bilhões ref. 2017 a 2021**, e de **R\$ 2,7 bilhões anuais futuros**, na situação disposta no item 3. (Obs.: no caso de a decisão judicial não admitir, de forma absoluta, nem a alteração nem a fixação inicial da base de cálculo da CPP em tela por Decreto ou Portaria, e considerar-se inaplicável o art. 148 do CTN ou qualquer outro dispositivo legal para definição da base de cálculo *sub judice*, ela ficaria juridicamente indefinida, tornando inviável seu cálculo e, por decorrência, o recolhimento e cobrança da CPP decorrente, o que levaria à perda total de sua arrecadação [ref. aos transportadores autônomos], da ordem de R\$ 33,5 bilhões ref. 2017 a 2021, e de R\$ 6,7 bilhões anuais futuros.)

7. Importa ressaltar que, qualquer que seja a decisão judicial desfavorável à União, seus efeitos poderiam eventualmente vir a ser modulados para especificar, p. ex., períodos de apuração abrangidos, formas de ressarcimento e de correção aplicáveis e demais aspectos concernentes à sua

aplicação concreta, fatores que não teríamos, no momento, como incluir com detalhes e precisão na estimativa acima.

## CONCLUSÃO

8. Cabe enfatizar ainda, em conclusão, que, em virtude de os cálculos acima não terem sido efetuados especificamente em relação aos contribuintes eventualmente atingidos no RE em tela, e sim a partir de um conjunto deles que supostamente compartilharia situação tributável semelhante, os impactos econômico-financeiros estimados aqui apresentados não corresponderiam aos valores precisos envolvidos na presente ação judicial, mas tão somente à ordem de grandeza dos valores potenciais totais que poderão vir a ser desembolsados pela União, e/ou excluídos da arrecadação federal atual e futura, em caso de eventual decisão desfavorável à União.

São essas as informações e considerações pertinentes submetidas à apreciação superior.

*Assinado digitalmente*  
ANDRÉ LUIZ BARBOSA  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao Chefe do Cetad.

*Assinado digitalmente*  
ROBERTO NAME RIBEIRO  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se, conforme proposto, ao Gabin/RFB.

*Assinado digitalmente*  
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Chefe do Cetad